

3

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Sumário

1. APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO CMADS.....	32
2. A CMADS NO CONTEXTO DOS PILARES DE NAÇÃO.....	33
3. GOVERNANÇA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA CMADS EM 2026.....	36
4. TEMAS PRIORITÁRIOS E INICIATIVAS EM DESENVOLVIMENTO NO 1º SEMESTRE DE 2026	37
4.1. ARRANJOS TERRITORIALIZADOS DE CONHECIMENTO	37
4.1.1. PLATAFORMA EMPREGA COOP.....	37
4.1.2. REDE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL (REDES) .	38
4.1.3. PROGRAMA DE APOIO À FIXAÇÃO DE DOUTORES NO BRASIL / CONHECIMENTO BRASIL – PROFIX-CB	40
4.2. MAPA DO CAMINHO GLOBAL	<?>
5. CONSIDERAÇÕES.....	43
FICHA TÉCNICA.....	44
ANEXO	45
TABELA 1 - REUNIÕES DA COMISSÃO REALIZADAS NO 1º SEMESTRE 2026.....	45
TABELA 2 - REUNIÕES ENTRE A CMADS E GOVERNO/ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, ATIVIDADES REALIZADAS NO 1º SEMESTRE 2026.....	45



1. Apresentação da Comissão CMADS

A Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS) foi instalada em 20 de julho de 2023 com os objetivos prioritários de contribuir para a preparação da 30ª Conferência das Partes da ONU sobre Mudança do Clima (COP30) e apoiar o Plano de Transformação Ecológica (PTE) do Governo Federal. A CMADS atua de forma transversal, articulando discussões ambientais e envolvendo diversos ministérios e entidades, como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a Casa Civil.

A CMADS consolidou-se ao longo de 2026 como um espaço de articulação estratégica entre governo federal, sociedade civil, setor produtivo, academia, movimentos sociais e organizações territoriais, voltado à discussão e à formulação de propostas com a possibilidade de tornarem-se políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, à justiça climática e à proteção socioambiental no Brasil. Sua atuação esteve diretamente vinculada às agendas dos "Pilares de um Projeto de Nação" articuladas às diretrizes da transformação ecológica, às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC's), às metas estruturantes da Nova Indústria Brasil (NIB), e aos compromissos climáticos assumidos pelo país no contexto da COP30.

Atualmente, a Comissão reúne 86 Conselheiros de diferentes segmentos sociais, econômicos e institucionais no âmbito do CDESS. A CMADS consolidou, no primeiro semestre de 2026, uma agenda estratégica alinhada aos Pilares de um Projeto de Nação, com foco na análise da exequibilidade das ações prioritárias nas áreas de mudanças climáticas, transição ecológica, desmatamento zero e sociobioeconomia. O trabalho concentrou-se tanto na formulação de novas políticas e iniciativas quanto no fortalecimento e aprimoramento das ações já em curso no Governo Federal ou previstas para implementação ao longo de 2026, buscando ampliar sua efetividade, integração e alcance.





2. A CMADS no Contexto dos Pilares de Nação

Dentre os 13 Pilares¹, foram discutidos principalmente o pilar da Segurança Alimentar e Nutricional e Transição Ecológica Justa. A passagem da fase estratégica de 2025 para a fase operacional de 2026, representou um avanço metodológico e político relevante no processo de construção dos “Pilares de um Projeto de Nação”.

A CMADS desempenhou papel estratégico na formulação de debates relacionados ao desmatamento zero, à bioeconomia, à sociobioeconomia, à segurança alimentar, às mudanças climáticas, à gestão hídrica, à restauração ambiental, à descarbonização, à transição energética, à economia circular, aos conhecimentos tradicionais, à sociobiodiversidade, aos biomas brasileiros, ao desenvolvimento territorial sustentável, ao saneamento e à valorização dos territórios e dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs).

As contribuições da CMADS foram inseridas, de forma transversal, nos 13 Pilares de um Projeto de Nação, com destaque para os pilares de Transição Ecológica Justa e Segurança Alimentar e Nutricional. A Comissão também apresentou ações transversais articuladas com outras comissões, especialmente nos temas de Desenvolvimento Territorial Sustentável e Justo, Educação Equitativa e Fortalecimento da Cultura, e Cidades Sustentáveis.

Em 2026, a CMADS concentrou sua atuação na avaliação da viabilidade e implementação das ações relacionadas aos pilares mais alinhados à sua missão, considerando iniciativas já em curso no Governo Federal e em outros entes governamentais. No primeiro semestre, o Desmatamento Zero foi definido como prioridade estratégica, articulado principalmente ao Pilar de Transição Ecológica Justa e com impactos diretos sobre o Pilar de Segurança Alimentar e Nutricional. A Comissão também destacou a importância das ações transversais desenvolvidas em outros pilares para o fortalecimento dessas agendas prioritárias.

Nesse sentido, a CMADS passou a atuar de forma mais estratégica na identificação de gargalos, lacunas institucionais e limitações das políticas públicas já existentes, buscando fortalecer sua integração, governança, financiamento e capacidade de implementação. O diálogo

com ministérios e instituições tornou-se central para o aprofundamento técnico e o alinhamento entre os diversos setores do Governo.

Assim, a passagem de 2025 para 2026 marcou a transformação do processo de construção dos pilares em uma agenda permanente de incidência política, planejamento estratégico e formulação operacional no âmbito do CDESS e da CMADS. Desta forma a comissão passou a atuar na estruturação de caminhos concretos para a implementação das ações prioritárias, fortalecendo o papel do Conselho como espaço de diálogo democrático, pactuação social e construção coletiva de propostas voltadas ao desenvolvimento econômico, social e sustentável, à redução das desigualdades e à transição ecológica justa no Brasil, a partir dos Pilares de um Projeto de Nação.

1. PILARES MAIS DISCUTIDOS NA CMADS NO ANO DE 2006:

- Transição Ecológica Justa;
- Segurança Alimentar e Nutricional
- Desenvolvimento Territorial Sustentável e Justo;
- Educação Equitativa e Fortalecimento da Cultura;
- Cidades Sustentáveis.

2. ARTICULAÇÃO TRANSVERSAL DA CMADS COM OS DEMAIS PILARES POR MEIO DAS AÇÕES VINCULADAS A SUA MISSÃO, OBSERVANDO OS CINCO ANOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS PILARES DE UM PROJETO DE NAÇÃO:

I. Educação Equitativa e Fortalecimento da Cultura:

a participação da CMADS neste pilar está relacionada ao reconhecimento dos territórios, da sociobiodiversidade e dos saberes ancestrais das comunidades do campo, das águas e da floresta como fundamentos dos processos formativos. É por meio do fortalecimento da cultura alimentar saudável e ancestral vinculada à educação nas escolas que podemos contribuir para a soberania e segurança alimentar, impulsionando a agricultura familiar nos territórios e seus sistemas agroalimentares de base comunitária.

¹ Pilares de um Projeto de Nação – disponível em https://cdess.gov.br/app/pdf/2025_caderno_pilares_nacao.pdf

II. Desenvolvimento Territorial Sustentável e Justo:

o pilar é essencial para reconhecer a interdependência entre campo, cidade e floresta como partes de um mesmo sistema socioeconômico, ambiental e cultural. Nesse contexto, o Programa Nacional de Reforma Agrária contribui para o ordenamento fundiário, a redução das desigualdades e o fortalecimento do desenvolvimento territorial sustentável, por meio da democratização do acesso à terra, da regularização de territórios indígenas, tradicionais e da agricultura familiar, promovendo segurança jurídica, prevenção de conflitos e proteção dos territórios.

III. Cidades Sustentáveis: a CMADS defende a universalização do saneamento básico como direito social fundamental, priorizando periferias urbanas, áreas rurais, comunidades tradicionais, territórios ribeirinhos e assentamentos historicamente excluídos, por meio da ampliação da infraestrutura pública, modernização dos sistemas de abastecimento, combate às perdas hídricas, garantia de tarifas socialmente justas e fortalecimento da gestão pública participativa e transparente. O pilar também incorpora a gestão sustentável de resíduos sólidos articulada à Economia Circular, compreendendo os resíduos como recursos capazes de gerar valor econômico, regenerar recursos naturais e substituir a lógica linear de produção e descarte por modelos circulares e sustentáveis. Além disso, destaca a arborização e a agricultura urbana de base ecológica como serviços ecossistêmicos estratégicos para a melhoria da qualidade ambiental, climática e alimentar das cidades contemporâneas.

IV. Trabalho Digno e Sistema de Proteção Social Universal e Equitativo:

o fortalecimento do trabalho digno e da proteção social torna-se essencial para reduzir desigualdades e garantir desenvolvimento sustentável. A CMADS defende a ampliação de políticas de qualificação profissional, inclusão produtiva e proteção de renda, o fortalecimento da sociobioeconomia, da agroecologia, assegurando que trabalhadores urbanos e rurais, especialmente os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e os agricultores familiares (PIPCTAF's) sejam reconhecidos como atores estratégicos na construção de modelos econômicos que respeitem a sociobiodiversidade, considerando a resiliência para os territórios e que seja inclusivo e socialmente justo.

V. Política Macroeconômica Orientada ao Crescimento Justo:

o financiamento público seja colocado a serviço do desenvolvimento social e ambiental, adotando estratégias econômicas que priorizem investimentos sociais estruturantes, especialmente em educação, ciência, inovação sustentável, saúde, proteção socioambiental e infraestrutura verde, articuladas ao fortalecimento das instituições, do Estado e à geração equitativa de oportunidades produtivas.

VI. Estratégia de Desenvolvimento Produtivo Digital, Verde e Justo:

a partir da integração entre inovação tecnológica, transição ecológica e inclusão social, é possível promover sustentabilidade, geração de empregos qualificados e proteção da sociobiodiversidade, proporcionando aos territórios e populações vulneráveis a superação de modelos predatórios e concentradores. A CMADS deverá aprofundar estes temas em diálogo com as demais Comissões Temáticas no próximo semestre.

VII. Transição Ecológica Justa:

concebido como um novo paradigma de desenvolvimento, capaz de reduzir desigualdades, promover inclusão socioeconômica e proteger a sociobiodiversidade. O debate buscou superar modelos predatórios historicamente baseados na exploração intensiva dos recursos naturais e no uso de combustíveis fósseis, propondo um projeto nacional que articule economia, justiça ambiental e direitos sociais. Nessa perspectiva, a transição ecológica deve integrar políticas industriais verdes, proteção territorial, reparação socioambiental e valorização da interdependência entre clima, biodiversidade, produção e dignidade humana.

A CMADS destacou a necessidade de fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, inovadoras e territorializadas, baseadas no uso sustentável da biodiversidade, no conhecimento científico e nos saberes tradicionais. O enfrentamento às mudanças climáticas exige políticas robustas de adaptação e mitigação, combate ao desmatamento, recuperação de áreas degradadas e incentivo a práticas agroecológicas articuladas aos modos de vida dos povos do campo, das águas e da floresta. Os debates também enfatizaram que povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, trabalhadores rurais e periferias urbanas devem atuar como protagonistas da transição, participando da formulação das políticas, dos sistemas de governança e da construção de uma nova economia de base sociobioeconômica.

No âmbito energético e territorial, a comissão defendeu a descarbonização produtiva associada à garantia de segurança energética como direito social, baseada em fontes renováveis diversificadas, inclusão territorial e democratização do acesso à energia. Também foi ressaltada a importância de integrar a gestão sustentável da água, da biodiversidade e dos ecossistemas de baixo carbono, incluindo manguezais, várzeas, planícies alagáveis e turfeiras, reconhecidos como infraestruturas naturais fundamentais para a resiliência climática e os serviços ecossistêmicos. A ampliação da economia circular e solidária, aliada ao fortalecimento do diálogo entre conhecimentos científicos e tradicionais, foi apresentada como estratégia essencial para consolidar cadeias produtivas sustentáveis, fortalecer cinturões verdes, promover segurança hídrica e alimentar e ampliar o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais na gestão sustentável dos territórios.

VIII. Segurança Alimentar e Nutricional: No âmbito da CMADS, a transição ecológica justa foi articulada à segurança alimentar e nutricional, defendendo políticas integradas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, agroecologia, sociobiodiversidade, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com valorização dos circuitos curtos de comercialização e dos territórios tradicionais. A comissão destacou que soberania alimentar depende da articulação entre renda, proteção social, saneamento, abastecimento e infraestrutura hídrica, integrando cultura alimentar, ciência, tecnologia e inovação como instrumentos de justiça social, saúde pública e preservação ambiental. Também foi enfatizada a necessidade de fortalecer a industrialização sustentável da sociobiodiversidade e da economia verde com tecnologias limpas, priorizando os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIPCTAFs), promovendo empregos verdes, redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), soberania energética e redução das desigualdades sociais e regionais.

IX. Saúde e Desenvolvimento Social: A CMADS defende a ampliação do acesso equitativo ao saneamento, à água potável, à mobilidade e à infraestrutura urbana. As propostas enfatizam a necessidade de atender especialmente comunidades remotas e territórios mais vulneráveis.

X. Infraestrutura Sustentável e Adaptação Climática: a adaptação climática está relacionada ao fortalecimento de políticas públicas, investimentos e infraestruturas sustentáveis capazes de enfrentar os impactos das mudanças climáticas sobre os territórios, biomas e populações vulnerabilizadas. A proposta integra saneamento, gestão hídrica, habitação, energia limpa, recuperação ambiental e planejamento territorial sustentável, articulando proteção dos recursos naturais, redução das desigualdades socioambientais, fortalecimento da sociobiodiversidade e ampliação da resiliência climática das populações urbanas, rurais, indígenas, ribeirinhas e comunidades tradicionais diante de eventos extremos.

XI. Economia Verde, Sociobioeconomia e Economia Circular: a percepção da CMADS sobre este Pilar está vinculada ao fortalecimento de modelos econômicos que possam abranger os territórios dos (PIPCTAF'S), observando cada temática considerando a descarbonização dos processos produtivos, a substituição dos combustíveis fósseis para que a sociobiodiversidade não seja utilizada apenas como mecanismo econômico hegemônico. Que o solo e os recursos hídricos permaneçam como fonte de vida para os povos da floresta e das cidades. Que os nossos mecanismos de fiscalização sejam fortalecidos para evitar a prática do greenwashing, por empresas que utilizam modelos de desenvolvimento predatório dos recursos naturais. Diante disso, a CMADS defende o fortalecimento da governança, da rastreabilidade, da fiscalização socioambiental, da transparência, dos financiamentos climáticos e da integração entre ciência, tecnologia e saberes tradicionais, alinhando essas agendas à transição ecológica justa e aos compromissos climáticos do país no contexto da COP30.



3. Governança e dinâmica de funcionamento da CMADS em 2026

No primeiro semestre de 2026, a CMADS realizou reuniões externas e articulações institucionais com representantes da sociedade civil, ministérios, instituições públicas e atores estratégicos, visando fortalecer e subsidiar os debates da comissão. Destacaram-se diálogos com representantes dos Povos Indígenas Kayapó sobre o SISMOT/SISCLIMA, além de articulações com a Associação Comercial e Industrial Brasil-Coreia do Sul, Comitê Gestor, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Casa Civil, Ministério de Educação (MEC), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Fundação de Amparo a pesquisa (FADESP), Universidade federal do Pará (UFPA), Subsecretaria de Ciência e Tecnologia para a Amazônia (SCTA), Central das Cooperativas de Trabalho de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (Centcoop-DF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Também ocorreram reuniões com conselheiros e participação em eventos governamentais e sociais relacionados ao desenvolvimento sustentável, inovação, meio ambiente e inclusão social.

As Tabelas 1 e 2 do Anexo apresentam o conjunto das reuniões e atividades realizadas pela CMADS no primeiro semestre de 2026, abrangendo tanto reuniões internas da Comissão quanto encontros com órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e participação em eventos temáticos relevantes.



4. Temas prioritários e Iniciativas em desenvolvimento no 1º semestre de 2026

Diante das entregas previstas para o 7º Pleno, a Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) manteve o acompanhamento de iniciativas originadas no GT Amazônia e vinculadas ao conceito de Arranjos Territorializados de Conhecimento, com destaque para a Plataforma Digital de empregabilidade Emprega-Coop, desenvolvida pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Os Conselheiros da CMADS contribuíram com propostas voltadas à ampliação da empregabilidade de egressos do ensino superior, tecnológico e profissional na Amazônia Legal, buscando conectar jovens qualificados às oportunidades ofertadas pelas cooperativas, especialmente as de crédito, fortalecendo o desenvolvimento territorial e reduzindo a evasão de mão de obra qualificada da região..

4.1. ARRANJOS TERRITORIALIZADOS DE CONHECIMENTO

Os arranjos territorializados de conhecimento correspondem a sistemas de produção e circulação de conhecimentos vinculados a um território específico. Neles, destacam-se as interações entre instituições, empresas, comunidades e universidades, permitindo que o conhecimento seja gerado, compartilhado e aplicado de maneira contextualizada, em consonância com as necessidades e especificidades regionais. Nesse processo, destaca-se o papel das instituições de pesquisa e desenvolvimento, das instituições de ciência e tecnologia e das universidades, tradicionalmente grandes produtoras de conhecimento, mas muitas vezes ainda pouco articuladas às dinâmicas e demandas territoriais.

A demanda pela criação de arranjos territorializados de conhecimento na Amazônia foi incorporada pelo governo em diferentes iniciativas, entre elas a Plataforma Emprega COOP, que foi estruturada a partir de debates e proposições desenvolvidos no âmbito do CDESS, bem como o Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia Legal (REDES) e o Programa de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil / Conhecimento Brasil – (PROFIX-CB) que serão descritos a seguir.

4.1.1. Plataforma Emprega COOP

Plataforma Emprega COOP tem como objetivo conectar candidatos e vagas por meio de inteligência artificial, trilhas de capacitação e integração com plataformas de recrutamento das cooperativas. Além da intermediação de empregos, oferece cursos de qualificação e a construção do "Emprega Card", um currículo inteligente que amplia o acesso às oportunidades de trabalho. A iniciativa do Emprega COOP é liderada pela OCB, BNDES, MEC e a CDESS, articulando ciência, políticas públicas, cooperativismo e demandas sociais dos territórios amazônicos. É uma ação estratégica voltada à fixação de profissionais qualificados na Amazônia, problema amplamente identificado nos diagnósticos regionais (como a saída de jovens formados e a baixa oferta de oportunidades locais). A iniciativa, busca conectar oferta e demanda de trabalho no sistema cooperativista, promovendo também capacitação complementar. Dessa forma, ela contribui diretamente para enfrentar desigualdades regionais, fortalecer economias locais e valorizar o capital humano formado nas universidades e institutos federais da região.

No conjunto mais amplo, essa proposta se articula com diferentes pilares estratégicos de desenvolvimento:

- Trabalho digno e proteção social: ao ampliar oportunidades de emprego qualificado e inclusão produtiva, especialmente em territórios com menor acesso a mercados de trabalho estruturados.
- Redução das desigualdades: ao promover inclusão social por meio de oportunidades alinhadas às realidades regionais, evitando a migração forçada de profissionais.
- Estratégia produtiva digital, verde e justa: ao integrar inovação, economia cooperativista e sustentabilidade, além de estimular investimentos em ciência e tecnologia e aumentar sua relevância na economia.
- Desenvolvimento territorial sustentável: ao reconhecer que políticas públicas devem considerar as especificidades locais — socioeconômicas, culturais e ambientais — para serem eficazes.

3. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

- Educação e cultura com equidade: ao ampliar o financiamento e garantir distribuição mais justa de recursos educacionais, fortalecendo a formação de qualidade e sua conexão com o território.

Como resultado esperado, iniciativas como essa ajudam a construir um modelo de desenvolvimento mais integrado, em que educação, inovação, emprego e território estão conectados, promovendo não apenas crescimento econômico, mas também justiça social, sustentabilidade e permanência de talentos na Amazônia.

4.1.2. Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia Legal (REDES)

O Edital Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia Legal (REDES), desenvolvido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem como finalidade fortalecer redes colaborativas de pesquisa, inovação, extensão e desenvolvimento territorial voltadas aos Arranjos Territorializados do Conhecimento Local (ATCL). A iniciativa busca integrar instituições de ensino e pesquisa, comunidades e atores locais na construção de soluções alinhadas às potencialidades e demandas dos territórios, promovendo o desenvolvimento sustentável, a produção de conhecimento aplicado, o fortalecimento científico regional e a articulação entre ministérios, agências de fomento e instituições de pesquisa.

A proposta do Edital Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia Legal (REDES), surgiu como resposta à dificuldade histórica de inserção e permanência de egressos do ensino superior e tecnológico da Amazônia, diante da escassez de oportunidades científicas, técnicas e institucionais na região. Desenvolvida pelo Professor Enio Candotti, e demais conselheiros vinculados ao GT Amazônia da Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), a iniciativa buscou estruturar redes de colaboração entre pesquisadores, instituições e territórios, fortalecendo a produção de conhecimento, a atuação qualificada e o desenvolvimento regional sustentável da Amazônia.

O objetivo geral do edital REDES foi contribuir para a redução das assimetrias regionais no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), com foco na formação, fixação e internacionalização de recursos humanos de alto nível voltados ao desenvolvimento da pesquisa e inovação, à produção cien-

tífica e ao fortalecimento de redes de colaboração em eixos estratégicos prioritários que promovam soluções sustentáveis e inclusivas para os desafios da Amazônia Legal. A implementação dos projetos do edital 6/2026, foi prevista inicialmente para março de 2027. Uma das principais exigências é que o proponente seja dirigente de Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa (FAP) vinculada ao Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP).

Os projetos aprovados serão apoiados no valor global estimado de R\$ 114.861.794,40 (cento e quatorze milhões, oitocentos e sessenta e um mil, setecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos) oriundos do orçamento da CAPES. O valor de investimento por projeto tem a possibilidade de chegar até R\$ 3.190.605,40 (três milhões, cento e noventa mil, seiscentos e cinco reais e quarenta centavos), conforme edital 06/2026.

	MODALIDADE	QUANTIDADE BOLSAS POR PROJETO	QUANTIDADE DE MESES POR BOLSA
BOLSAS NO PAÍS	Bolsas de Mestrado	a ser definido pelo proponente para cada projeto	até 24
	Bolsas de Doutorado		até 48
	Bolsas de Pós-Doutorado		até 24
	Professor Visitante no país		até 24
	Bolsas de Iniciação à extensão		até 24

Fonte: Edital 06/2026 Processo: Nº 23038.001512/2025-28

COMPONENTES	VALOR MÁXIMO POR PROJETO
Bolsas no País (custeio + bolsas)	R\$ 2.000.000,00
Custeio – deslocamento nacional do bolsista Professor Visitante (no âmbito da rede)	R\$ 80.000,00
Bolsas no Exterior	R\$ 1.190.605,40
VALOR TOTAL MÁXIMO POR PROJETO	R\$ 3.190.605,40

Fonte: site CAPES - <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/desenvolvimento-regional/redes-de-pesquisa-e-desenvolvimento/programa-rede-de-pesquisa-e-desenvolvimento-da-amazonia-legal>

AS FAPS APTAS A PARTICIPAR SÃO:

FAPAC	Acre	AC
FAPEAP	Amapá	AP
FAPEAM	Amazonas	AM
FAPEMAT	Mato Grosso	MT
FAPEMA	Maranhão	MA
FAPESPA	Pará	PA
FAPERO	Rondônia	RO
FAPERR	Roraima	RR
FAPT	Tocantins	TO

Fonte: Edital 06/2026 Processo: Nº 23038.001512/2025-28

Eixos Estratégicos

As propostas deverão alinhar-se a um ou mais dos eixos estratégicos estabelecidos pelo programa, contemplando temáticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social, à inovação e à valorização das especificidades territoriais da região amazônica e do Norte do Brasil. Entre os eixos estratégicos destacam-se: **Doenças Determinadas Socialmente**, com foco na relação entre saúde, educação e condições sociais, buscando compreender e enfrentar doenças associadas a fatores sociais, econômicos e ambientais; **Bioeconomia e Valorização dos Recursos Naturais**, voltada ao fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, geração de valor agregado e desenvolvimento de biotecnologias inovadoras; e **Amazônia Sustentável e Conservação da Biodiversidade**, direcionada à preservação da biodiversidade amazônica e à promoção do uso sustentável dos recursos naturais.

Também constituem eixos estratégicos a **Transição Energética e Energias Renováveis**, incentivando projetos relacionados à implementação de fontes de energia limpa, eficiência energética e redução das emissões de carbono; a **Educação de Qualidade**, por meio do desenvolvimento de programas educacionais inovadores voltados às áreas rurais e remotas, incluindo formação técnica, tecnológica, educação inclusiva e uso de tecnologias educacionais; e **Água Potável e Saneamento**, abrangendo ações relacionadas ao acesso seguro à água potável, saneamento básico, gestão de recursos hídricos e conscientização ambiental.

O edital contempla ainda os eixos de **Indústria, Inovação e Infraestrutura**, com incentivo à criação de polos tecnológicos, parques de inovação e startups voltadas a soluções sustentáveis; **Redução das Desigualdades**, voltado à promoção da inclusão social e enfrentamento das desigualdades socioeconômicas; e **Cidades e Comunidades Sustentáveis**, direcionado

ao planejamento urbano sustentável, habitação social, mobilidade sustentável, gestão de resíduos e fortalecimento de comunidades resilientes.

Destacam-se também os eixos relacionados aos **Impactos da Mudança Global do Clima**, envolvendo ações de mitigação e adaptação climática; **Vida na Água e Vida Terrestre**, voltado à conservação de ecossistemas aquáticos e terrestres, recuperação de áreas degradadas e proteção da biodiversidade; e **Segurança Pública e Direitos Humanos**, com foco na formulação de políticas públicas baseadas em evidências para prevenção da violência, promoção dos direitos humanos e proteção de grupos vulneráveis.

As propostas poderão igualmente contemplar os eixos de **Formação de Recursos Humanos Qualificados**, por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, uso de tecnologias digitais e ações de divulgação científica; **Diversidade Cultural**, relacionada à valorização da identidade étnica e antropológica dos povos originários; **Migração Transnacional e Seus Desafios**, considerando adaptações culturais e impactos socioeconômicos; e **Planejamento Estratégico Regional**, voltado aos desafios e perspectivas do desenvolvimento sustentável da região.

Entre os eixos estratégicos também estão incluídos a **Saúde Pública no Norte do Brasil**, considerando os desafios estruturais, a diversidade cultural e o papel do SUS em contextos de desigualdade territorial e populações tradicionais; a **Integração entre Saberes Científicos e Tradicionais**, promovendo a articulação entre conhecimentos acadêmicos e tradicionais para construção de soluções sustentáveis adaptadas às realidades locais; e a **Avaliação com Base em Impactos Sociais, Ambientais e Científicos**, voltada ao desenvolvimento de metodologias de avaliação focadas na mensuração de resultados concretos para a sociedade, o meio ambiente e a produção científica.

Por fim, destaca-se o eixo de **Mineração Sustentável e Gestão de Minerais Estratégicos**, direcionado ao desenvolvimento de modelos de exploração mineral responsável, incluindo terras raras e minerais críticos, conciliando aproveitamento econômico, preservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico local. O eixo abrange tecnologias limpas de extração e beneficiamento, recuperação de áreas mineradas, governança mineral participativa, agregação de valor regional e formação de recursos humanos especializados, considerando a importância estratégica desses recursos para a soberania nacional.

Dessa forma, o REDES fortalece a ciência, tecnologia, inovação e o desenvolvimento territorial no Brasil, promovendo a articulação entre universidades, ICTs, comunidades, setores produtivos e gestores públicos. Por meio das contribuições do CDESS e do GT Amazônia por meio de seus Conselheiros que atuaram na formulação dos eixos e das propostas estruturantes que dão base ao programa. O Redes contribui para a redução das desigualdades regionais, a valorização dos territórios e a construção de soluções sustentáveis, integrando conhecimento científico, saberes tradicionais e políticas públicas estratégicas.

4.1.3. Programa de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil / Conhecimento Brasil – PROFIX-CB

O Programa de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil / Conhecimento Brasil – (PROFIX-CB), é uma iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e CAPES, que por meio das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) estão integradas à estratégia “Conhecimento Brasil”. O programa busca fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) por meio da atração e fixação de doutores em universidades, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e redes de pesquisa estratégicas em todos os estados brasileiros, com prioridade para regiões de maior desigualdade científica.

O Programa de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil tem entre os seus objetivos específicos finalidade fortalecer a permanência e a atuação de pesquisadores doutores no país, buscando reduzir as desigualdades regionais no âmbito do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), com prioridade para a Amazônia Legal. O programa visa criar condições favoráveis para que doutores desenvolvam e deem continuidade às suas pesquisas em grupos e redes de excelência científica, além de contribuir para sua retenção em Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e em empresas que possuam centros de pesquisa e desenvolvimento voltados para áreas estratégicas e de vanguarda científico-tecnológica.

O PROFIX(CB) promove ações integradas entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), estimulando a descentralização e a flexibilização dos recursos destinados ao fortalecimento e à expansão dos grupos de pesquisa nas diferentes Unidades Federativas do Brasil, nas quais as FAPs estaduais e distrital, serão responsáveis pela implementação do programa em seus respectivos territórios, por meio de Chamadas Públicas ou Editais Públicos.

De acordo com o Chamamento Público CNPq, CAPES 12/2025, o CNPq, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), aportará R\$ 624.000.000,00 (seiscentos e vinte e quatro milhões de reais) correspondendo aproximadamente a 1.000 (mil) Bolsas Conhecimento Brasil (BCB-1) no valor de mensal de R\$ 13.000,00, pelo período de 48 meses, conforme os termos da Portaria CNPq nº 1.708/2024 que dispõe sobre a implementação do Programa Conhecimento Brasil - Atração e Fixação de Talentos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) previu a concessão de até 1 bolsa de Mestrado e/ou 1 bolsa de Doutorado por bolsista PROFIX-CB que atuasse como orientador principal em Programas de Pós-Graduação (PPGs) de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), condicionada à disponibilidade orçamentária e aos critérios da CAPES.

Como contrapartida, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) ficaram responsáveis pela concessão de auxílios à pesquisa (custeio e/ou capital), podendo também ofertar bolsas de pesquisa ou iniciação científica para apoiar os projetos dos bolsistas PROFIX-CB. As Chamadas Públicas das FAPs ocorrerão após o Acordo de Cooperação Técnica com o CNPq, enquanto as bolsas CAPES dependerão de acordo firmado entre CNPq e CAPES.

Segue abaixo o resultado parcial do edital Programa de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil / Conhecimento Brasil – PROFIX-CB:

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE APOIO À FIXAÇÃO DE DOUTORES NO BRASIL (PROFIX-CB)						
RESULTADO PRELIMINAR						
Nº DA PROPOSTA	FAP	UF	PARECER DO COMITÊ JULGADOR	APROVADO CNPQ	APROVADO CAPES	
				BOLSAS CB-1	BOLSAS MESTRADO	BOLSAS DOUTORADO
3391	FAPEAP	AP	Recomendado	20	20	20
3397	FAPITEC	SE	Recomendado	24	24	24
3398	FUNCAP	CE	Recomendado	36	36	36
3636	FAPEAL	AL	Recomendado	23	23	23
3835	FAPERO	RO	Recomendado	20	0	20
3938	FAPEMAT	MT	Recomendado	24	24	24
4223	FAPERN	RN	Recomendado	30	30	30
4241	FAPEAM	AM	Recomendado	26	26	26
4312	FACEPE	PE	Recomendado	39	39	39
4341	FAPERGS	RS	Recomendado	61	61	61
4346	FAPESP	SP	Recomendado	120	60	60
4410	FUNDECT	MS	Recomendado	26	26	26
4411	FAPEMA	MA	Recomendado	20	20	20
4415	FAPEMIG	MG	Recomendado	67	67	67
4419	FAPES	ES	Recomendado	26	26	26
4433	FAPEG	GO	Recomendado	30	30	30
4458	FAPEPI	PI	Recomendado	24	24	24
4475	FAPESB	BA	Recomendado	43	43	43
4486	FAPT	TO	Recomendado	21	21	21
4491	FAPDF	DF	Recomendado	35	35	35
4494	FAPESQ	PB	Recomendado	31	31	31
4506	FAPESPA	PA	Recomendado	35	35	35
4507	FAPERR	RR	Recomendado	20	20	20
4542	FAPERJ	RJ	Recomendado	80	80	80
4557	FAPESC	SC	Recomendado	38	38	38
4579	FAADCT	PR	Recomendado	54	54	54
4590	FAPAC	AC	Recomendado	20	10	0
TOTAL RESULTADO PRELIMINAR				2809		

Fonte: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/sei_cnpq-2636705-chamamento-publico.pdf

Inicialmente, o PROFIX-CB foi idealizado para suprir as lacunas relacionadas à evasão de profissionais qualificados da região da Amazônia Legal para outras regiões do país. É um programa que busca favorecer a fixação de pessoas com alta qualificação, especialmente doutores, em regiões que apresentam baixa densidade de profissionais desse nível. Desta forma, o PROFIX contribui para a ampliação da capacitação técnica e científica local, permitindo que esses profissionais atuem diretamente no enfrentamento das demandas e desafios regionais, além de impulsionar o desenvolvimento social, econômico e tecnológico da Amazônia. Ao longo dos processos de articulações, diante das necessidades de um

país em processo de reconstrução o programa foi ampliado para atender todas as regiões do Brasil.

Os Programas de Apoio à Fixação de Doutores no Brasil / Conhecimento Brasil (PROFIX-CB) e a Plataforma Emprega COOP, o Rede de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia Legal (REDES), são oriundos dos trabalhos realizados pelo GT Amazônia da CMADS/CDESS que passaram por reformulações relevantes, sem que as estratégias formuladas pelo GT fossem desconfiguradas. Pode-se afirmar que são realizações conjuntas direcionadas a resultados de excelência para o País.

4.2. MAPA DO CAMINHO GLOBAL

O Mapa do Caminho é uma iniciativa decorrente da COP30, voltada à construção de estratégias para viabilizar o cumprimento das metas climáticas e das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Nesse contexto, o Mapa do Caminho Global corresponde à dimensão internacional desse processo. Seu objetivo é orientar respostas articuladas às emergências climáticas, promovendo cooperação internacional, financiamento, transferência de tecnologia e compromissos multilaterais capazes de impulsionar a descarbonização da economia em escala global.

A Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Conselho assumiram papel estratégico na construção dos Mapas do Caminho Global e Doméstico, vinculados aos compromissos climáticos brasileiros, por meio das contribuições de conselheiros e conselheiras para os temas do Desmatamento Zero e da transição para uma economia menos dependente dos combustíveis fósseis. As comissões conduziram um processo participativo junto aos conselheiros, que resultou na elaboração de um documento contendo contribuições a serem inseridas na plataforma da COP30 e entregues ao 7º Plenário do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS).

Ao longo desse processo, e em consonância com sua missão institucional, a Comissão de Meio Ambiente, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável assumiu a responsabilidade pela elaboração das contribuições relacionadas ao Mapa do Caminho para o Desmatamento Zero.

Em 2026, a CMADS ampliou sua articulação com outras comissões do CDESS, especialmente com a Comissão de Combate às Desigualdades (CCD) e a Comissão de Direitos e Democracia (CDD), integrando debates sobre sustentabilidade, direitos humanos, inclusão social e enfrentamento das desigualdades estruturais. As agendas envolveram temas como feminicídio, violência de gênero, educação cidadã, comunicação inclusiva e empreendedorismo social, contando com a participação de instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil.



5. Considerações ■ Finais

No primeiro semestre de 2026, a CMADS consolidou debates e contribuições voltadas ao fortalecimento das políticas públicas relacionadas à transição ecológica justa, ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades sociais, territoriais e ambientais no Brasil. As discussões buscaram articular sustentabilidade ambiental, inclusão produtiva, soberania alimentar, segurança hídrica, saneamento, restauração ambiental, transição energética, sociobioeconomia e desenvolvimento territorial em uma perspectiva integrada e transversal, alinhada ao Plano de Transformação Ecológica, às NDCs brasileiras, à Nova Indústria Brasil (NIB), à COP30 e aos “Pilares de um Projeto de Nação”. A comissão também reforçou a importância da articulação entre governo, setor produtivo, academia, organizações da sociedade civil, agricultura familiar, povos indígenas, comunidades tradicionais e demais atores territoriais na construção de estratégias sustentáveis e socialmente justas.

Ao longo do semestre, a CMADS destacou que a crise climática passou a impactar diretamente a economia, os sistemas produtivos, a segurança alimentar, a infraestrutura, a saúde pública e as condições de vida da população, ampliando desigualdades e vulnerabilidades sociais, especialmente em regiões periféricas, rurais e amazônicas. Nesse contexto, ganharam relevância os debates sobre adaptação climática, prevenção de desastres, saneamento básico, gestão hídrica, recuperação de áreas degradadas, combate ao desmatamento e proteção dos biomas brasileiros. Paralelamente, a comissão passou a atuar nas contribuições relacionadas ao “Mapa do Caminho do Desmatamento”, compreendendo essa agenda como estratégica para fortalecer políticas integradas de monitoramento territorial, restauração ambiental e desenvolvimento sustentável.

Também se destacaram discussões sobre sociobioeconomia, economia circular, agricultura familiar, restauração florestal, cadeias produtivas sustentáveis e modelos econômicos de baixa emissão de carbono, associados à geração de emprego, renda e inclusão produtiva. A comissão ressaltou ainda a importância da governança ambiental, da rastreabilidade produtiva, da transparência institucional, do monitoramento ambiental e da participação social como instrumentos fundamentais para ampliar a efetividade das políticas públicas e consolidar uma transição ecológica socialmente equilibrada.

Para o segundo semestre de 2026, a CMADS pretende aprofundar ações relacionadas ao combate ao desmatamento, adaptação climática, segurança hídrica e alimentar, fortalecimento da sociobioeconomia, economia circular e integração entre desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Nesse processo, os “Pilares de um Projeto de Nação” permanecem como referência estruturante para orientar políticas públicas de longo prazo, reafirmando que sustentabilidade, desenvolvimento econômico e justiça social devem ser tratados de forma integrada na construção do futuro do país.



Ficha técnica

Coordenadora da CMADS:

Elaine Cristina dos Santos Caetano (Cristina Caetano)

Conselheiros inscritos:

Adilson Araújo, Ana Inoue, André Villas-Boas, Angelita Lima, Ayala Ferreira, Binho Marques, Caetano Scannavino, Caio Magri, Camila Moradia, Carlos Erane, Carlos Gilberto Carlotti, Carlos Luque, Cida Bento, Clemente Ganz Lúcio, Cleunice Matos Rehem, Denis Minev, Deryck Martins, Dira Paes, Divanir Higino, Elbia Gannoum, Elisa Wandelli, Esther Bemerguy, Fausto Filho, Fernanda Delgado, Francis Bogossian, Gilmar Mauro, Gino Paulucci, Gustavo Werneck, Guto Quintela, Handemba Santos, Jandaraci Araújo, Jeanine Pires, Josana Lima, José Carlos Martins, José Pugas, José Reginaldo Inácio, José Rodrigues (Doutor da Borracha), José Vicente, Joseph Couri, Josi Barbosa Malheiros, Julia Barreto, Laura Carvalho, Lourenço Bustani, Luana Pretto, Lucas Monteiro de Souza, Luciana Leite, Luisa Santiago, Mahatma dos Santos, Mais Moreno, Marcel Fukayama, Marcele Oliveira, Marcelo de Godoy Oliveira, Marcelo Moraes, Marcelo Vieira, Márcio Lopes de Freitas, Marcos Augusto Guerra, Marilene Corrêa, Marina Grossi, Matheus Silva, Miriam Nobre, Natalie Unterstell, Nelson Luiz Krupinski, Nilza Almeida, Patrícia Vilela Marino, Paulo Souza Neto, Pedro Rossi, Priscilla Nasrallah, Rafael Ceconello, Renata Piazzon, Ricardo Alban, Roberto Laureano Rocha, Roberto Medronho, Robson Sebastian Formica, Rodrigo Navarro, Rodrigo Sabatini, Romildo da Costa, Rose Gomes Monnerat, Roseli de Deus Lopes, Rosilane Jardim, Simone Gomes, Tatiane Costa, Teresa Vendramini, Txai Suruí, Vera Lúcia Travain, Violeta Loureiro, Virgílio Viana.

Anexo

TABELA 1 - REUNIÕES DA COMISSÃO REALIZADAS NO 1º SEMESTRE 2026

DATA	TIPO DE AÇÃO	TEMA	PARTICIPANTES
13/02/2026	Reunião CMADS	Avaliação das ações dos Pilares de um Projeto de Nação para 2026	CMADS e Conselheiros
31/03/2026	Reunião CMADS	Avaliação das ações dos Pilares de um Projeto de Nação para 2026 e propostas de soluções para as ações.	CMADS e Conselheiros
23/04/2026	Reunião CMADS	Áreas Degradadas e Restauração	MMA, CMADS e Conselheiros
11/05/2026	Reunião CMADS	Terras raras e Minerais Críticos	OCB, CMADS, outras comissões e Conselheiros

TABELA 2 - REUNIÕES ENTRE A CMADS E GOVERNO/ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, ATIVIDADES REALIZADAS NO 1º SEMESTRE 2026

DATA	TIPO DE AÇÃO	TEMA	PARTICIPANTES
04/02/2016	Reunião CMADS	Arranjos Territorializados e Editais Redes;	CMADS/ SCTC/MCTI
05/01/2026	Reunião CMADS /Virtual	Projeto de monitoramento de mercúrio na população indígena Kayapó e projeto SISMOT	MMA, IBAMA, OCA, Casa Civil e CMADS
28/01/2026	Reunião CCD E CMADS	Panorama do Femicídio/áreas degradadas nos territórios urbanos e rurais	UNICEF
29/01/2026	Reunião CMADS presencial	SISMOT	Secretária Adjunta, Sra. Micheline (SAM)
03/02/2026	Reunião CDESS/CMADS	Projeto de tecnologia de monitoramento na Amazônia SPACE HUB	Secretária Adjunta Raimunda Nonata, CMADS e Reunião com Instituto Royale
09/02/2026	Reunião CMADS/Videoconferência	Plataforma de Egressos	MEC, OCB, BNDES, CDESS/CMADS
11/02/2026	Reunião CMADS presencial	Fortalecimento de energia para comunidades isoladas na Amazônia	CDESS/CMADS/ Conselheiro Virgílio Viana
11/02/2026	Reunião CMADS presencial	Cozinhas Solidárias	Secretária Adjunta Raimunda Monteiro - CDESS/CMADS e Conselheira Simone Gomes

3. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

DATA	TIPO DE AÇÃO	TEMA	PARTICIPANTES
11/02/2026	Visita CMADS e Conselheira ao Projeto Cozinhas Solidária	Visita a Cozinha Solidária dos catadores de Brasília	CMADS e Conselheira Simone Gomes
27/02/2026	CMADS/CTITD	Edital Redes	CDESS/CTITD, CAPES, CNPq e SCTA/MCTI
12/02/202	Reunião CMADS	Plataforma de Egressos	BND, OCB, MEC/CDESS/CMADS
30/02/2026	Reunião CMADS	Energia, saneamento, áreas degradadas	Secretária Adjunta Raimunda Monteiro - CDESS/CMADS/Conselheiro Virgílio Viana
03/03/2016	Reunião CMADS	Edital redes	Secretária Adjunta Raimunda Monteiro - CDESS. -Sr. Júlio da CAPES/MCTI e SCTA/CNPQ
04/03/2026	Trabalho na equipe	Evento Palácio do Planalto – Feminicídio	CMADS/CDESS
06/03/2026	Reunião CMADS	Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para Inovação (MAI/DAI)	CDESS/CMADS SCTD/MCTI E CNPq
07/04/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Encontro Nacional: Avanços na Gestão PNRS	MMA
09/03/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Plano Nacional de Ação pelo resfriamento	MMA
11/03/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Workshop Restauração em Escala – Integração Federativa para a Vegetação Nativa	CNI/MMA
11/03/2006	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Cadastro Nacional Florestas Públicas	MMA
24 a 27/03/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	3º Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário	CONDRAF
12/03/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Integração federativa para avançar na implementação de recuperação da vegetação nativa em escala	MMA

DATA	TIPO DE AÇÃO	TEMA	PARTICIPANTES
13/04/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	3º Reunião Ordinária Global para a Integridade da Informação sobre Mudança Climática	SPDIGI/SECIM/MMA/ e MRE
18/03/2026	Reunião CMADS /Virtual	Reunião virtual sobre o SISMOT	PETROBRÁS, TCU E OUTROS
22/04/2026	Reunião CMADS/CAE	Reunião Mapa do Caminho Global;	Alguns Conselheiros
23/03/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Sessão solene Comemorativa 70 anos de Fundação do CNPq	CNPq
30/03/2026	Reunião CMADS	PAC (Energia Secretaria Especial do Programa de Aceleração do Crescimento) – Territórios vulneráveis	Ricardo Buratini Secretário Adjunto II PAC
16 e 17/04/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Secretaria Geral da Presidência da república – Seminário Nacional para a regulamentação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB);	SG
28/04/2026	Reunião CMADS/CAE	Reunião sobre o Mapa do Caminho	CMADS/CAE e alguns Conselheiros
07/08/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Encontro Cidades Verdes Resilientes	MMA
13/04/2026	Reunião CMADS presencial	Pauta MAB (protocolo de ações referente as populações atingidas por eventos climáticos)	Reunião Mateus Silva e Robson Formica – Pauta MAB (protocolo de ações) e Assentamentos;
14/04/2026	CMADS- Participação em Eventos com temas importantes para a área do Meio Ambiente	Lançamento do Mapa do Caminho para a agenda legislativa.	Frente Parlamentar Mista Ambientalista
03/05/2026	Reunião CMADS	Apresentação da Plataforma de Egressos	CDESS/CMADS, OCB, MEC
13/05/2026	Reunião CMADS	Pecuária Sustentável; RRED+, Mecanização de baixo impacto na Amazônia, Tecnologias para menor impacto ao Meio Ambiente.	CMADS/CDES Reunião com o Secretário da Agricultura do Pará – CMADS e Secretaria Executiva Interina Raimunda Monteiro